

Governo cria novas zonas de proteção especial para aves marinhas e alarga existentes

7 de Outubro, 2015

O Conselho de Ministros aprovou a criação das Zonas de Proteção Especial (ZPE) do Cabo Raso e de Aveiro/Nazaré, assim como, a alteração dos limites das já existentes ZPE do Cabo Espichel e da Costa Sudoeste.

Quem há muito esperava esta decisão era a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). A expectativa da SPEA é, agora, que esta medida seja “o primeiro passo” para uma “maior proteção do oceano e das aves marinhas”, lê-se em comunicado.

A identificação dos locais propostos para as novas ZPE tem como base o trabalho desenvolvido pela SPEA e por diversos parceiros que, ao longo da última década, se têm dedicado à monitorização de aves marinhas e ao estudo do seu comportamento no mar, desenvolvidos no âmbito de diferentes projetos cofinanciados pela União Europeia.

“Na costa continental portuguesa ocorrem de forma regular cerca de 30 espécies de aves marinhas. Para além das espécies nidificantes no continente (tais como a cagarra e a gaivota-de-audouin), muitas outras aves frequentam as nossas águas como local de invernada ou durante a sua migração. Algumas ocorrem em números significativos para as suas populações globais ou europeias, como é o caso do alcatraz e da pardela-balear, a ave marinha mais ameaçada da Europa”, explicou Joana Andrade, coordenadora do Departamento de Conservação Marinha da SPEA.

Ainda nas palavras de Joana Andrade, as aves marinhas são o grupo de aves “mais ameaçado do mundo” e a proteção legal destas áreas marinhas é um passo “fulcral” para a sua conservação. No entanto, esse trabalho só será possível através da “definição de planos de gestão adequados a cada área e através de um modelo de participação envolvendo os stakeholders relevantes, ou seja, pescadores, agentes económicos, entre outros, já que serão eles os agentes chave para a sua implementação prática”, concluiu.